



ACÓRDÃO N.

AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL N. 201230106367

AGRAVANTE: ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR DO ESTADO: ROBINA DIAS PIMENTEL VIANA

AGRAVADO: MARIA JOSÉ RAMOS DOS SANTOS

ADVOGADO: ROSSILDA AMARAL GOMES SANCHES E OUTROS

AGRAVADO: DECISÃO MONOCRÁTICA DE FLS. 212-214

PROCURADOR DE JUSTIÇA: LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

EXPEDIENTE: SECRETARIA DA 4ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA

RELATORA: DES.<sup>a</sup> MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

### EMENTA

AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO – DECISÃO MONOCRÁTICA DE NEGATIVA DE SEGUIMENTO - FGTS – SERVIDOR TEMPORÁRIO – SUCESSIVAS RENOVAÇÕES DO CONTRATO – DECISÃO EM CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – NÃO OCORRÊNCIA DE DISTINGUISHING – EQUIPARAÇÃO À CULPA RECÍPROCA – CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 19-A DA LEI N. 8.036/1990 – DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO DO FEITO – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – DECISÃO UNÂNIME

1. Agravo Interno em Apelação Cível:

2. A Decisão Monocrática atacada negou seguimento ao recurso de Apelação interposto pelo ora recorrente, sob o entendimento de confronto com jurisprudência de Tribunal Superior, conhecendo, outrossim, ex officio do Reexame Necessário.

3. A questão principal versa acerca do pagamento de FGTS a servidor contratado em violação ao art. 37 da Constituição Federal.

4. O Supremo Tribunal Federal no julgamento do AgRg no RE 830.962 e do AgRg 895.070 estendeu aos servidores temporários em casos análogos os direitos sociais previstos no art. 7º da Constituição Federal, na linha do RE 596.478-RG

5. Não há distinguishing a ser realizado, permanecendo a máxima de que onde há a mesma razão, há o mesmo direito, ante a nulidade da contratação temporária, porquanto equiparada à culpa recíproca entre servidor e administração, na esteira do REsp 1.1110.848/RN

6. Constitucionalidade do art. 19-A da Lei n. 8.036/1990, nos termos da ADI 3.127. Aplicabilidade ao caso concreto, ante a nulidade das sucessivas renovações do contrato temporário.

7. Decisão Monocrática exarada em conformidade com jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Negativa de Seguimento.

8. Recurso conhecido e improvido. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL, tendo como agravante o ESTADO DO PARÁ e agravados DECISÃO MONOCRÁTICA DE FLS. 212-214 e MARIA JOSÉ RAMOS DOS SANTOS. Acordam Excelentíssimos Senhores Desembargadores, membros da 4ª



Câmara Cível Isolada deste E. Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em turma, à unanimidade, em CONHECER DO RECURSO e NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto da Excelentíssima Desembargadora-Relatora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães. Turma Julgadora: Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães, Desembargador José Maria Teixeira do Rosário e Desembargadora Maria Elvina Gemaque Taveira. O julgamento foi presidido pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador José Maria Teixeira do Rosário.

Belém, 17 de março de 2016.

**MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES**  
Desembargadora – Relatora

AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL N. 201230106367  
AGRAVANTE: ESTADO DO PARÁ  
PROCURADOR DO ESTADO: ROBINA DIAS PIMENTEL VIANA  
AGRAVADO: MARIA JOSÉ RAMOS DOS SANTOS  
ADVOGADO: ROSSILDA AMARAL GOMES SANCHES E OUTROS  
AGRAVADO: DECISÃO MONOCRÁTICA DE FLS. 212-214  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LEILA MARIA MARQUES DE MORAES  
EXPEDIENTE: SECRETARIA DA 4ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA  
RELATORA: DES.<sup>a</sup> MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

### RELATÓRIO

Tratam os presentes autos de recurso de AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO interposto pelo ESTADO DO PARÁ inconformado com a Decisão Monocrática de fls. 212-214, que negou seguimento ao recurso de Apelação apresentado pelo ora agravante em face de MARIA JOSÉ RAMOS DOS SANTOS, ora agravada, nos autos da Ação de Cobrança. Estriba o pedido de provimento do recurso na inaplicabilidade dos precedentes do Supremo Tribunal Federal ao caso concreto, salientando que o Estado do Pará deixou de realizar os depósitos fundiários face a natureza do vínculo.

Sustenta que a natureza constitucional da relação estabelecida entre as partes, sustentando a necessidade de distinguishing entre o caso concreto e os entendimentos do Supremo Tribunal Federal (RE n. 596.478/RR) e do Superior Tribunal de Justiça, especialmente o Recurso Especial n. 1.110.848/RN, uma vez que a prorrogação sucessiva não teria o condão de transmutar a natureza do vínculo.

Assevera que, em recentes decisões o próprio TJE/PA, já se posicionou contrariamente ao pagamento do FGTS, ressaltando que a 1ª Câmara Cível Isolada assentou inclusive a necessidade de sobrestamento dos feitos atinentes à matéria.

É o relatório.

### VOTO

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso e passo a proferir voto.



Transcrevo, em primeiro plano, a ementa da decisão monocrática ora agravada, in verbis:

**APELAÇÃO EM AÇÃO DE COBRANÇA DE FGTS: A NULIDADE DA CONTRATAÇÃO NÃO OBSTA O PAGAMENTO DAS VERBAS SALARIAIS VENCIDAS E NÃO PAGAS – REPERCUSSÃO GERAL NO ÂMBITO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – ART. 557, CAPUT, CPC – NEGATIVA DE SEGUIMENTO – REEXAME DA SENTENÇA: CONHECIMENTO EX OFFICIO – ART. 475 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - DECISÃO MONOCRÁTICA.**

Nesse sentido, impende esclarecer que a Decisão Monocrática atacada negou seguimento ao recurso de Apelação interposto pelo ora agravante, com fundamento no art. 557, do Código de Processo Civil, sob o entendimento de direito à percepção do FGTS referente ao período em que laborou como servidora temporária (01/06/1992 a 01/01/2010), com a incidência da Prescrição Quinquenal.

Ratifico, na esteira da Decisão Monocrática atacada, que restou reconhecida a incidência da Prescrição Quinquenal no que tange às parcelas anteriores ao ajuizamento da Ação, conforme o ARE 709.212/Distrito Federal (Repercussão Geral), considerando o ajuizamento ter ocorrido em 26/01/2011.

Somado a isso, firmo entendimento quanto ao reconhecimento do direito à percepção do FGTS, porquanto reconhecida no âmbito do Supremo Tribunal Federal a extensão dos direitos sociais previstos no art. 7º da Constituição Federal aos servidores temporários com contratação em violação ao art. 37 da Carta Magna, senão vejamos:

#### 1ª TURMA STF

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. NULIDADE. DIREITO AO DEPÓSITO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS. RE 596.478-RG. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. JULGAMENTO DE MÉRITO. 1. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS é devido aos servidores temporários, nas hipóteses em há declaração de nulidade do contrato firmado com a Administração Pública, consoante decidido pelo Plenário do STF, na análise do RE 596.478-RG, Rel. para o acórdão Min. Dias Toffoli, DJe de 1/3/2013. 2. In casu, o acórdão recorrido assentou: REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL – CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - PRAZO SUPERIOR AO ADMITIDO NA LEGISLAÇÃO PERTINENTE - NULIDADE DO ATO - FGTS - DIREITO AO RECOLHIMENTO - PRECEDENTE DO STF. 3. Agravo regimental DESPROVIDO. (RE 830962 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 11/11/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-231 DIVULG 24-11-2014 PUBLIC 25-11-2014) (Grifo nosso)

#### 2ª TURMA STF

Agravo regimental no recurso extraordinário. Direito Administrativo. Contratação temporária. Prorrogações sucessivas. Direito ao recebimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Repercussão geral reconhecida. Precedentes. 1. O Plenário da Corte, no exame do RE nº 596.478/RR-RG, Relator para o acórdão o Ministro Dias Toffoli, concluiu



que, mesmo quando reconhecida a nulidade da contratação do empregado público, nos termos do art. 37, § 2º, da Constituição Federal, subsiste o direito do trabalhador ao depósito do FGTS quando reconhecido ser devido o salário pelos serviços prestados. 2. Essa orientação se aplica também aos contratos temporários declarados nulos, consoante entendimento de ambas as Turmas. 3. A jurisprudência da Corte é no sentido de que é devida a extensão dos direitos sociais previstos no art. 7º da Constituição Federal a servidor contratado temporariamente, nos moldes do art. 37, inciso IX, da referida Carta da República, notadamente quando o contrato é sucessivamente renovado. 4. Agravo regimental não provido. (RE 895070 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 04/08/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-175 DIVULG 04-09-2015 PUBLIC 08-09-2015) (Grifo nosso)

Desta feita, não há distinguishing a ser realizado, permanecendo a máxima de que onde há a mesma razão, há o mesmo direito, ante a nulidade da contratação temporária, porquanto equiparada à culpa recíproca entre servidor e administração, na esteira do REsp 1.110.848/RN:

**ADMINISTRATIVO. SERVIDOR CONTRATADO SEM CONCURSO PÚBLICO. CONTRATO NULO DE TRABALHO. FGTS DEVIDO. ART. 19-A DA LEI 8.036/90. PAGAMENTO DE FGTS. OBRIGATORIEDADE.**

1. Na hipótese dos autos, em que reconhecida a nulidade do contrato temporário celebrado com a parte recorrida, aplica-se o entendimento firmado no REsp 1.110.848/RN, de Relatoria do Min. Luiz Fux, DJe de 3.8.2009, de que "a declaração de nulidade do contrato de trabalho em razão da ocupação de cargo público sem a necessária aprovação em prévio concurso público, consoante previsto no art. 37, II, da CF/88, equipara-se à ocorrência de culpa recíproca, gerando, para o trabalhador, o direito ao levantamento das quantias depositadas na sua conta vinculada ao FGTS". Precedentes do STJ.

2. Para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido quanto à nulidade da contratação temporária, é necessário exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório, atraindo o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 622.748/TO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2015, DJe 06/04/2015)

Noutra ponta, no que concerne ao art. 19-A da Lei n. 8036/1990, insta consignar que ficou assentado perante o Supremo Tribunal Federal que mesmo quando reconhecida a nulidade da contratação, subsiste o direito do trabalhador ao depósito do FGTS, mormente quando reconhecido o direito ao saldo de salário como no caso vertente, senão vejamos:

**EMENTA** Recurso extraordinário. Direito Administrativo. Contrato nulo. Efeitos. Recolhimento do FGTS. Artigo 19-A da Lei nº 8.036/90. Constitucionalidade. 1. É constitucional o art. 19-A da Lei nº 8.036/90, o qual dispõe ser devido o depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço na conta de trabalhador cujo contrato com a Administração Pública



seja declarado nulo por ausência de prévia aprovação em concurso público, desde que mantido o seu direito ao salário. 2. Mesmo quando reconhecida a nulidade da contratação do empregado público, nos termos do art. 37, § 2º, da Constituição Federal, subsiste o direito do trabalhador ao depósito do FGTS quando reconhecido ser devido o salário pelos serviços prestados. 3. Recurso extraordinário ao qual se nega provimento. (RE 596478, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Relator(a) p/ Acórdão: Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 13/06/2012, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-040 DIVULG 28-02-2013 PUBLIC 01-03-2013 EMENT VOL-02679-01 PP-00068)

**CONSTITUCIONAL E TRABALHO. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SEM CONCURSO. NULIDADE. EFEITOS JURÍDICOS ADMISSÍVEIS EM RELAÇÃO A EMPREGADOS: PAGAMENTO DE SALDO SALARIAL E LEVANTAMENTO DE FGTS (RE 596.478 - REPERCUSSÃO GERAL). INEXIGIBILIDADE DE OUTRAS VERBAS, MESMO A TÍTULO INDENIZATÓRIO.** 1. Conforme reiteradamente afirmado pelo Supremo Tribunal Federal, a Constituição de 1988 reprova severamente as contratações de pessoal pela Administração Pública sem a observância das normas referentes à indispensabilidade da prévia aprovação em concurso público, cominando a sua nulidade e impondo sanções à autoridade responsável (CF, art. 37, § 2º). 2. No que se refere a empregados, essas contratações ilegítimas não geram quaisquer efeitos jurídicos válidos, a não ser o direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/90, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. 3. Recurso extraordinário desprovido. (RE 705140, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 28/08/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-217 DIVULG 04-11-2014 PUBLIC 05-11-2014)

Somado a isso, a ADI 3127 assentou a constitucionalidade do art. 19-A da Lei n. 8036/1990, nos seguintes termos:

**Ementa: TRABALHISTA E CONSTITUCIONAL. MP 2.164-41/2001. INCLUSÃO DO ART. 19-A NA LEI 8.036/1990. EMPREGADOS ADMITIDOS SEM CONCURSO PÚBLICO. CONTRATAÇÃO NULA. EFEITOS. RECOLHIMENTO E LEVANTAMENTO DO FGTS. LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL DA NORMA.** 1. O art. 19-A da Lei 8.036/90, incluído pela MP 2.164/01, não afronta o princípio do concurso público, pois ele não infirma a nulidade da contratação feita à margem dessa exigência, mas apenas permite o levantamento dos valores recolhidos a título de FGTS pelo trabalhador que efetivamente cumpriu suas obrigações contratuais, prestando o serviço devido. O caráter compensatório dessa norma foi considerado legítimo pelo Supremo Tribunal Federal no RE 596.478, Red. p/ acórdão Min. Dias Toffoli, DJe de 1º/3/2013, com repercussão geral reconhecida. 2. A expansão da abrangência do FGTS para cobrir outros riscos que não aqueles estritamente relacionados com a modalidade imotivada de dispensa – tais como a própria situação de desemprego e outros eventos socialmente indesejáveis, como o acometimento por doença grave e a idade avançada – não compromete a essência constitucional do fundo. 3. A MP 2.164/01 não interferiu na autonomia administrativa dos Estados, Distrito Federal e Municípios para





organizar o regime funcional de seus respectivos servidores, uma vez que, além de não ter criado qualquer obrigação financeira sem previsão orçamentária, a medida em questão dispôs sobre relações jurídicas de natureza trabalhista, dando nova destinação a um valor que, a rigor, já vinha sendo ordinariamente recolhido na conta do FGTS vinculada aos empregados. 4. Ao autorizar o levantamento do saldo eventualmente presente nas contas de FGTS dos empregados desligados até 28/7/2001, impedindo a reversão desses valores ao erário sob a justificativa de anulação contratual, a norma do art. 19-A da Lei 8.036/90 não acarretou novos dispêndios, não desconstituiu qualquer ato jurídico perfeito, nem investiu contra nenhum direito adquirido da Administração Pública, pelo que não há falar em violação ao art. 5º, XXXVI, da CF. 5. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente. (ADI 3127, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 26/03/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-153 DIVULG 04-08-2015 PUBLIC 05-08-2015)

Ademais, em que pese a relação de natureza administrativa, firmo entendimento quanto à aplicabilidade dos referidos julgamentos ao caso concreto e, assim, restar assentada o direito à percepção dos depósitos atinentes ao FGTS.

Por sim, firmo entendimento quanto à desnecessidade de sobrestamento do feito, face a ausência de pronunciamento dos Tribunais Superiores nesse sentido, observando a liberdade dos órgãos julgadores na apreciação de seus feitos.

#### DISPOSITIVO

Ante o exposto, CONHEÇO DO RECURSO e NEGO-LHE PROVIMENTO, mantendo todas as disposições da decisão monocrática atacada.

É como voto.

Belém (PA), 17 de março de 2016.

**MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES**  
Desembargadora - Relatora